

# Cooperação Sul-Sul e triangular e Economia Social e Solidária: possíveis conexões e contribuições para o desenvolvimento sustentável inclusivo

---

Leandro Pereira Morais<sup>1</sup>

## Introdução

As frequentes crises econômicas mundiais colocaram o emprego no centro das estratégias de desenvolvimento local, nacional e internacional. Juntamente com as mudanças nos cenários geopolíticos e econômicos, isso fez aumentar muito a importância dos países do Sul Global nos processos de desenvolvimento.

Nesse sentido, ganha espaço a solidariedade, e a Cooperação Sul-Sul e triangular é uma manifestação desta entre os países e povos do Sul que contribui para o seu bem-estar nacional, a sua autossuficiência nacional e coletiva, e a realização dos objetivos de desenvolvimento, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>2</sup> acordados internacionalmente, conforme preconiza a estratégia de Cooperação Sul-Sul e triangular da OIT<sup>3</sup>. E, nesta direção, a Economia Social e Solidária assume uma importância fundamental, uma vez que defende a possibilidade de geração de trabalho, emprego e renda, a partir dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários podem funcionar através de cooperativas, associações, empresas sociais, entre outros empreendimentos, que já se mostram, em diversos países, capazes de contribuir para a geração de riqueza e a inserção sócio-ocupacional de diversas pessoas, incluindo os jovens e os grupos desfavorecidos. Constitui-se, indubitavelmente, um tema de relevância e pertinência no contexto de perspectivas sombrias relativas ao desemprego no mundo, que serão apresentadas a seguir. Além disso, a Economia Social e Solidária, com base nos seus elementos constitutivos (cooperação, autogestão, solidariedade, participação dos atores locais, uso sustentável dos recursos, etc.), pode contribuir para se repensar o atual modelo de desenvolvimento, na direção do desenvolvimento sustentável inclusivo, com repercussões no desenvolvimento local-territorial.

Em se tratando do quadro de desemprego mundial, mencionado anteriormente, um relatório recente da Organização Internacional do Trabalho (“*Global Employment Trends, 2013: recovering for a second Jobs dip*”)<sup>4</sup>, indica que as **perspectivas mundiais para a criação de emprego pioraram**. Neste cenário, milhões de trabalhadores no mundo desenvolvido e em desenvolvimento estão seriamente subempregados e envolvidos em atividades de sobrevivência com produtividade

---

<sup>1</sup> Economista, Professor Doutor de Economia da PUCCAMPINAS e FACAMP, Campinas, SP, Brasil. Consultor Externo da OIT e do Instituto Polis.

<sup>2</sup> <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>

<sup>3</sup> Documento: “A Cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular: O caminho a seguir” - Conselho de Administração - 313.ª Sessão, Genebra, 15-30 março 2012.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_202326.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_202326.pdf)

extremamente baixa. Ademais, a taxa de desemprego deverá aumentar novamente em 2013 e 2014.

Nas palavras de Guy Ryder, Diretor-Geral da OIT<sup>5</sup>: “*Um panorama econômico incerto e a inadequação das políticas de combate a esse quadro enfraqueceram a demanda agregada, o que conteve investimentos e contratações, prolongando a queda no mercado de trabalho em muitos países, reduzindo a criação de vagas e aumentando a duração do desemprego mesmo em alguns países que antes possuíam baixo desemprego e mercados de trabalhos dinâmicos*”.

Segundo o estudo mencionado, além da fraca atividade econômica global, o mercado de trabalho também foi afetado pelos programas de austeridade fiscal adotados em vários países. Para se ter uma ideia, as economias avançadas responderam por um quarto do aumento do desemprego mundial no ano passado. Por outro lado, houve também uma redução acentuada de vagas nas economias emergentes do Sudeste Asiático e da África subsaariana.

### **Quadro 1 – O desemprego no mundo: situação alarmante**

Segundo dados do Relatório da OIT (2013), o número de pessoas sem ocupação em todo o mundo subiu 4,2 milhões em 2012, para um total de 197 milhões — equivalente a uma taxa de desemprego de 5,9%. Em suas projeções, neste ano, mais 5,1 milhões de pessoas perderão seus empregos e outros 3 milhões em 2014. Nos próximos cinco anos, o total de desempregados deve chegar a 210 milhões.

A situação é especialmente dramática para a **juventude mundial**, visto que cerca de 74 milhões de jovens (15 a 24 anos) no mundo estão desempregados, o que corresponde a uma taxa de desemprego juvenil de 12,6%, e significa 3,5 milhões a mais do que em 2007 e quase 1 milhão a mais que em 2011. E o quadro é desalentador, uma vez que a desaceleração da atividade econômica deverá gerar mais meio milhão de desempregados em 2014.

Estes dados se referem ao recente estudo da OIT sobre o desemprego juvenil global, intitulado: “*Tendencias Mundiales del empleo juvenil 2013: una generación en peligro*”<sup>6</sup>. Segundo o estudo, após uma redução do desemprego, para esta faixa etária, em âmbito global, de 12,7% em 2009 para 12,3% em 2011, a taxa mundial de desemprego juvenil voltou a subir em 2012, registrando 12,4%, com perspectivas de terminar 2013 em 12,6%, podendo alcançar os 12,8% em 2018, revelando, assim, uma tendência de aumento global.

A análise do referido estudo revela que o enfraquecimento da recuperação econômica em 2012 e 2013 agravou o desemprego juvenil, dificultando ainda mais o acesso de jovens ao mercado de trabalho. Além disso, devido a esta situação, os jovens estão

<sup>5</sup> Conforme veiculado no renomado Jornal brasileiro “*Valor Econômico*”, de 22.01.2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/2979176/desemprego-global-deve-piorar-novamente-em-2013-alerta-oit>

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_222658.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_222658.pdf)

menos seletivos com os empregos, aceitando mais trabalhos em tempo parcial ou empregos temporários, num quadro onde o emprego estável e de qualidade está cada vez mais escasso, sobretudo em regiões em desenvolvimento. Indubitavelmente, este cenário leva a consequências severas e custos econômicos e sociais.

## Quadro 2 – Desemprego juvenil global por regiões

Conforme o estudo mencionado, as taxas de desemprego juvenil variam muito de uma região para outra. Para se ter uma ideia, em 2012, as taxas mais altas de desemprego juvenil se registravam no Oriente Médio (28,3%) e no Norte da África (23,7%), enquanto as mais baixas correspondiam à Ásia Oriental (9,5%) e à Ásia Meridional (9,3%). Na América Latina e no Caribe, a atual taxa de desemprego entre os jovens é de 12,9% e caso se mantenha a tendência atual de crescimento, o desemprego juvenil na região alcançará o índice de 13,6% em 2018.

Nesta perspectiva, de acordo com o estudo da OIT sobre o desemprego juvenil, não existe uma única solução para todos os países, num quadro onde é preciso que os governos façam uma análise profunda da realidade dos mercados de trabalho dentro de cada contexto nacional, para assim elaborar programas e políticas de intervenção. No entanto, entende-se que muitas soluções podem ser discutidas e divulgadas entre os países, para troca de experiências, conhecimentos e abordagem conjunta.

Uma forma desta contribuição poder-se-ia dar a partir da Cooperação Sul-Sul e triangular e da Economia Social e Solidária, conforme este artigo tentará mostrar. Face ao quadro de desemprego apresentado, acredita-se que as respostas inovadoras para os desafios globais estão chegando das potências emergentes do Sul, que estão se tornando parceiros estratégicos para outros países em desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul e os intercâmbios permitem que os países do Sul beneficiem das soluções desenvolvidas em contextos semelhantes aos seus, e, portanto, melhor adaptadas às suas realidades.

Este constitui, portanto, o objetivo do artigo: mostrar as potencialidades da Cooperação Sul-Sul e triangular e da Economia Social e Solidária como mecanismos efetivos que contribuem para a geração de trabalho, emprego e renda nos territórios, considerando que a partir da incorporação dos já mencionados elementos constitutivos da Economia Social e Solidária, existem possibilidades reais de influenciar no **desenvolvimento econômico e social local**. Este é entendido como “*um processo de desenvolvimento participativo que incentiva parcerias entre os principais atores públicos e privados interessados num determinado território, permitindo a implementação conjunta de uma estratégia de desenvolvimento comum*” (Amorim e Lagarde, 2013, p. 20).

Para tal, o artigo se estrutura da seguinte forma: após esta Introdução, a Primeira Parte apresentará um breve histórico, os objetivos, os elementos constitutivos e as ações práticas da Cooperação Sul-Sul e triangular. Nesta Primeira Parte, pretende-se apresentar os principais Marcos que apontam para a crescente visibilidade da Cooperação Sul-Sul e triangular, bem como algumas experiências práticas levadas a cabo pela OIT no campo da Cooperação Sul-Sul e triangular e sua relação com o desenvolvimento econômico e social local. Posteriormente, na Segunda Parte do trabalho, a ideia é mostrar as potencialidades da Economia Social e Solidária na geração de trabalho, emprego e renda, bem como suas efetivas conexões com o desenvolvimento econômico e social local. Em seguida, demonstra-se que, se por um lado, a Economia

Social e Solidária apresenta imensas potencialidades, por outro, em alguns casos, muitas experiências promissoras se inviabilizam por conta das fragilidades inerentes ao *modus operandi* do “setor” (Morais, 2013). A partir desta constatação, argumentar-se-á que é possível enfrentar e minimizar tais fragilidades encontradas no campo da Economia Social e Solidária, com o apoio da Cooperação Sul-Sul e triangular, tendo por base a troca de conhecimentos, informações, saberes, *práxis* e até mesmo a possibilidade de se criar mercados solidários que atuem em rede.

## **1. A Cooperação Sul-Sul e triangular: breve histórico, objetivos, elementos constitutivos e ações práticas**

### **1.1 A crescente visibilidade e reconhecimento da Cooperação Sul-Sul e triangular**

A cooperação entre países em desenvolvimento tem sido parte da cooperação para o desenvolvimento global desde a década de 1970, mas recentemente ganhou maior visibilidade. A crescente importância e relevância da Cooperação Sul-Sul e Triangular foram reafirmadas por várias das principais Conferências da ONU.

Vale mencionar que a Cooperação Sul-Sul é complementar às tradicionais relações Norte-Sul e incorpora a ideia de que, “*através de um espírito de solidariedade, os países em desenvolvimento podem fornecer soluções sustentáveis para os seus próprios problemas e com um custo menor*”. Desta forma, “*os esforços de cooperação Sul-Sul - incluindo a identificação de experiências bem sucedidas num país e a sua adaptação e aplicação em outro - é um complemento importante para a divulgação dos resultados do trabalho decente nos quatro objetivos estratégicos da OIT*”. Ao mesmo tempo, “*permite a formação de redes entre os países em desenvolvimento e os doadores tradicionais em esquemas triangulares que contribuem para uma globalização justa*”. Nesta perspectiva, entende-se que “*a OIT pode desempenhar um papel importante, não apenas como um canal de apoio, mas também como um meio para maximizar os recursos financeiros, logísticos e técnicos*” (Amorim, 2013 a, p.8).

Desta forma, a Cooperação Sul-Sul é vista, inclusive, como um importante meio para abordar os desafios enfrentados pelos países menos desenvolvidos. O *Programa de Ação de Istambul*<sup>7</sup> destaca a Cooperação Sul-Sul como uma modalidade importante de ajuda e solicita aos países em desenvolvimento a promoção dessa cooperação com os países menos desenvolvidos.

### **Quadro 3 – Breve retrospectiva e principais marcos da Cooperação Sul-Sul e triangular**

- Na Assembleia Geral em 2004, o Comitê de Alto Nível para a Avaliação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento deu origem ao Comitê de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul. Sob a orientação do Comitê de Alto Nível, o sistema das Nações Unidas tem dado prioridade à Cooperação Sul-Sul e triangular como uma modalidade fundamental para a promoção de iniciativas de colaboração a nível nacional, regional e inter-regional;
- Em dezembro de 2009, a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a

<sup>7</sup> Fourth United Nations Conference on the Least Developed Countries (LDC-IV), Istambul, 2011. Informações adicionais em: <http://www.un.org/wcm/content/site/ldc/home/Background>.

Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairóbi, deu um grande impulso político para a Cooperação Sul-Sul e triangular, solicitando que as organizações do sistema das Nações Unidas fizessem esforços adicionais para assegurar o cumprimento das expectativas dos Estados-Membros em relação ao apoio para esta modalidade de cooperação;

- Em 2010, o Documento Final de Nairobi, elaborado em 2009 e aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2010, forneceu a definição mais abrangente e de longo alcance da Cooperação Sul-Sul e triangular, no âmbito do sistema das Nações Unidas;
- Neste mesmo ano (2010), durante a Exposição de Desenvolvimento Global Sul-Sul, a Índia, o Brasil e a África do Sul (IBAS) assinaram uma Declaração de Intenções com a OIT na Cooperação Sul-Sul e Triangular na área do trabalho decente. A Declaração reafirma a intenção de reforçar o programa de cooperação Sul-Sul da OIT, a fim de promover uma maior solidariedade e igualdade entre os países e povos nas questões do trabalho;
- Posteriormente, em 2012, o Governo da Índia foi o anfitrião da primeira Conferência Ministerial do IBAS sobre o Trabalho Decente, e muitas iniciativas estão em andamento para apoiar esta Declaração, em colaboração com a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas;
- Também em 2012, a relevância da Cooperação Sul-Sul e Triangular é reafirmada no *Revisão Quadrienal de Política Global das Atividades Operacionais para o Desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas* (2012), que dedica uma parte à Cooperação Sul-Sul<sup>8</sup>.

No que diz respeito a estes marcos que apontam para a crescente visibilidade e relevância da Cooperação Sul-Sul e triangular, pode-se tecer alguns comentários adicionais. Em relação ao já mencionado **Documento Final de Nairóbi**, elaborado em 2009 e aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2010, é interessante ter em conta os seus principais aspectos<sup>9</sup>, uma vez que nos permitem visualizar os **principais elementos constitutivos da Cooperação Sul-Sul e triangular**, a saber:

(a) A Cooperação Sul-Sul e triangular **engloba iniciativas a nível social, econômico, ambiental, técnico e político**, sendo, nesta perspectiva, uma ferramenta útil para envolver os parceiros sociais dos países em desenvolvimento na promoção da Agenda do Trabalho Decente através da cooperação para o desenvolvimento;

(b) A Cooperação Sul-Sul e triangular é uma **manifestação de solidariedade** entre os países e povos do Sul que contribui para o seu bem-estar nacional, a sua autossuficiência nacional e coletiva, e a realização dos objetivos de desenvolvimento, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

(c) A Cooperação Sul-Sul e triangular não deve ser vista como assistência oficial ao desenvolvimento, mas como uma **parceria igualitária baseada na solidariedade**, e não é um substituto, mas um **complemento** para a cooperação Norte-Sul. Daqui advém

---

<sup>8</sup> Documento: Revisão Quadrienal de Política Global das Atividades Operacionais para o Desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas, Parágrafos 70 a 77.

<sup>9</sup> Com base no Documento: *A Cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular: O caminho a seguir* - Conselho de Administração, 2012 - 313.ª Sessão, Genebra, 15-30 março 2012.

Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_172577.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_172577.pdf).



o conceito de "**cooperação triangular**", que é definida como “a *cooperação Sul-Sul, apoiada por um parceiro do Norte*”<sup>10</sup>;

(d) A Cooperação Sul-Sul e triangular assume formas diferentes e evolutivas, incluindo, nomeadamente, a **partilha de conhecimentos e experiências, a formação e a transferência de tecnologia**;

(e) **O tripartismo** da OIT e a vantagem em desempenhar um papel relevante na Cooperação Sul-Sul e triangular, uma vez que pode incorporar propostas, contribuições e demandas tanto dos governos, quanto dos empregadores e trabalhadores. Por outras palavras, a estrutura tripartite da OIT fornece uma plataforma útil para a **construção de consenso e cooperação** entre os atores dos países em desenvolvimento. Os governos, empregadores e trabalhadores nos estados membros constituem a maior rede de conhecimentos sobre o mundo do trabalho. Os representantes desta estrutura tripartite podem, através do **diálogo social**, compartilhar pontos de vista sobre questões de **interesse comum** em matéria de política econômica e social;

(f) Através da Cooperação Sul-Sul e triangular é perceptível um certo **caráter de transversalidade** entre os seus objetivos em prol da construção de padrões de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis que permitam enfrentar as crises globais, nas suas diferentes facetas (econômica, financeira, laboral, alimentar, energética etc). Nesta perspectiva, no sistema das Nações Unidas, a OIT pode desempenhar um papel distinto e único para a resolução destas crises, por exemplo, através da aplicação da **Declaração da OIT sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa** (2008)<sup>11</sup> e do **Pacto Global para o Emprego** (2009)<sup>12</sup>.

(g) A Cooperação Sul-Sul e triangular tem sido um meio eficaz para promover a **cooperação entre os sindicatos e as universidades**, a fim de **fortalecer o conhecimento e a capacidade de pesquisa para intervenções em termos de políticas e desenvolvimento organizacional**. A crise econômica levou a um aumento do emprego precário e vulnerável no mundo, especialmente no Sul. Em resposta, o conhecimento e a experiência dos sindicatos podem ser aproveitados na elaboração de políticas nacionais e internacionais dirigidas a estas questões<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Como exemplos desta cooperação, vale mencionar que a OIT já se envolveu em tais experiências triangulares no acordo entre os Estados Unidos e o Brasil para apoiar o Haiti no combate ao trabalho infantil no setor da construção, bem como no Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos, assinado em 2011 para a promoção do Trabalho Decente através da Cooperação Sul-Sul e triangular.

<sup>11</sup> Vale mencionar que esta Declaração define quatro objetivos estratégicos: 1) criação de maiores oportunidades para as mulheres e homens de forma a garantir emprego e rendimento; 2) Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; 3) Fortalecimento do tripartismo e do diálogo social; 4) Promover e implementar normas, princípios e direitos fundamentais no trabalho. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/resolucao\\_justicasocial.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/resolucao_justicasocial.pdf)

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.oit.org.pe/1/wp-content/uploads/2009/12/OIT\\_Pacto\\_Mundial\\_PORT\\_web.pdf](http://www.oit.org.pe/1/wp-content/uploads/2009/12/OIT_Pacto_Mundial_PORT_web.pdf)

<sup>13</sup> Um destes exemplos de cooperação é a Universidade Global do Trabalho que é uma rede criada em parceria com a OIT, sendo uma das poucas infraestruturas educacionais avançadas que promove o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos para os sindicalistas de países do Sul. De igual forma, o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento em Formação Profissional (CINTERFOR) da OIT vem praticando e promovendo a Cooperação Sul-Sul e triangular a nível regional através de uma plataforma de partilha de conhecimento e uma rede de políticas para o desenvolvimento

Conforme se percebe, explícita e implicitamente, há alguns elementos constitutivos nas ideias e nas ações da Cooperação Sul-Sul e triangular, tais como:

**Box 4 – Elementos constitutivos da Cooperação Sul-Sul e triangular no âmbito da OIT**

- **Engloba iniciativas de âmbito social, econômico, ambiental, técnico e político;**
- **Manifestação de solidariedade;**
- **Parceria igualitária baseada na solidariedade, na partilha de conhecimentos e experiências e na formação e transferência de tecnologia;**
- **Tripartismo e a construção de consenso e cooperação entre os atores;**
- **Diálogo social;**
- **Interesse comum;**
- **Emerge a partir de uma demanda socioeconômica;**
- **Respeito da autonomia, peculiaridades e prioridades a nível nacional**
- **Caráter de transversalidade de ações e objetivos;**
- **Cooperação entre os sindicatos e as universidades;**
- **Fortalecimento do conhecimento e da capacidade de pesquisa para intervenções em políticas e desenvolvimento organizacional**

O reconhecimento e a pertinência destes elementos nos projetos e ações da Cooperação Sul-Sul e triangular podem, certamente, ser reiterados quando se analisam as Diretrizes do já mencionado Documento “*Revisão Quadrienal de Política Global das Atividades Operacionais para o Desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas*”- QCPR (2012) e a importância que tal Documento reserva à Cooperação Sul-Sul e triangular.

Neste Documento, ao se tratar especificamente da Cooperação Sul-Sul, tal constatação encontra suporte nas seguintes afirmações:

- A Cooperação Sul-Sul como manifestação de solidariedade entre os povos e países do Sul que contribui para o seu bem estar nacional, a sua autossuficiência nacional e coletiva e a consecução de objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- A Cooperação Sul-Sul e a sua agenda têm que ser estabelecidas pelos países do Sul e devem continuar a ser orientadas pelos princípios de respeito à soberania nacional, apropriação nacional e independência, igualdade, não-condicionalidade e não-interferência nos assuntos domésticos, e benefício comum.
- Fortalecer o apoio para a Cooperação Sul-Sul, incluindo a cooperação triangular, particularmente através da mobilização de recursos financeiros de forma sustentável e do fornecimento de assistência técnica.
- Intensificar a partilha de informação e a elaboração de relatórios sobre o apoio concedido e os resultados alcançados através da Cooperação Sul-Sul, incluindo a cooperação triangular.

---

de capacidades ligando as instituições públicas, organizações internacionais, organizações de parceiros sociais, universidades e a sociedade civil. Da mesma forma, o Centro Internacional de Formação da OIT em Turim também tem utilizado modalidades de Cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento de capacidades e formação. Para informações adicionais sugere-se consultar o já mencionado trabalho coordenado por Amorim (2013 a).

- A importância de fortalecer o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), e o apelo ao sistema de desenvolvimento das Nações Unidas para fornecer apoio adicional ao Escritório para permitir a realização do seu mandato.
- Melhorar os acordos institucionais das Nações Unidas em todos os quadros globais de ação política, de governança, de coordenação, de estruturas, mecanismos e recursos alocados, incluindo a proposta de financiamento geral do sistema e da coordenação, promoção e integração das atividades do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).
- Os fundos, programas e comissões regionais das Nações Unidas devem prestar atenção especial à implementação de projetos de Cooperação Sul-Sul geridos ou apoiados pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).

Como se verá mais adiante, estes elementos convergem com os elementos constitutivos da Economia Social e Solidária, fazendo desta e da Cooperação Sul-Sul e triangular instrumentos complementares de apoio ao desenvolvimento econômico e social dos territórios em que existem experiências e práticas nesse sentido.

## 1.2 A OIT e a Cooperação Sul-Sul e triangular na prática: algumas experiências

Desde há várias décadas que a OIT confere importância às iniciativas de cooperação econômica regional, as quais já constituíam uma forma de Cooperação Sul-Sul e triangular. Conforme registro em “*A Cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular: O caminho a seguir (2012)*”, em 2005, o Brasil tornou-se o primeiro parceiro do Sul a apoiar o Programa de Cooperação Técnica da OIT por meio de um Acordo de Cooperação Sul-Sul. Desde então, a OIT tem reforçado formalmente o seu papel como uma ponte entre os países do Sul, ajudando-os a partilhar experiências de trabalho decente e a avançar para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Conseqüentemente, novos parceiros do Sul estabeleceram parcerias e manifestaram interesse na promoção da Agenda do Trabalho Decente através da Cooperação Sul-Sul e triangular, incluindo a África do Sul, a Argentina, o Chile, a China, a Índia, o Quênia e o Panamá. Os principais pontos de entrada para as atividades de Cooperação Sul-Sul e triangular da OIT têm sido pacotes integrados visando áreas como a promoção da criação de emprego e de pisos de proteção social, as atividades setoriais, as migrações, o trabalho infantil, o trabalho forçado, os empregos verdes, o diálogo social e o desenvolvimento de competências e capacidades.

Como exemplos de ações e práticas da Cooperação Sul-Sul e triangular, citam-se<sup>14</sup>:

- a) **Iniciativa para combater o trabalho infantil no Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai:** promoção do intercâmbio horizontal de conhecimentos entre estes países, através de visitas de estudo e de ações de formação. A iniciativa também beneficiou de uma estreita colaboração com um projeto de cooperação horizontal financiado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, que forneceu apoio financeiro para duas destas visitas conjuntas. Esta iniciativa de combate ao trabalho infantil garantiu que a eliminação do trabalho infantil fosse integrada em

---

<sup>14</sup> Para uma visão mais detalhada, consultar: Amorim (2013 a), bem como o Documento: “*Contribuição Brasileira para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT*” – Panorama 2011-2013.



todo o sistema de inspeção do trabalho, por exemplo, no caso boliviano, com o "Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil na Bolívia"<sup>15</sup>;

- b) **Apoiar ações para cumprir as metas de 2015 de forma a eliminar as piores formas de trabalho infantil nos países Lusófonos de África:** o projeto é uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul e triangular e prevê trocas horizontais de boas práticas e lições aprendidas entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Os principais objetivos são desenvolver Planos de Ação Nacional como a principal estratégia para a eliminação do trabalho infantil, e para estabelecer comissões tripartidas como a principal estratégia para a prevenção do trabalho infantil. A partir daqui, outras iniciativas surgiram, em âmbito internacional, para combater o trabalho infantil. Por exemplo: 1) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) fornece apoio no domínio dos materiais de formação e comunicação; 2) O projeto regional da OIT em Dakar, com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; 3) O projeto ECOAR<sup>16</sup> para professores; 4) O projeto TACKLE<sup>17</sup> que é financiado pela União Europeia;
- c) **Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional - CINTERFOR - OIT e Cooperação Sul-Sul e triangular:** Criado em 1963, pela OIT, o Centro promove a capacitação e o desenvolvimento de instituições nacionais de formação bem como a formação profissional como ferramenta para a inclusão social e o diálogo social na formação profissional. Uma das suas principais ferramentas para a partilha de conhecimento é a sua comunidade *online*<sup>18</sup>. O Centro promove e facilita a cooperação, a coordenação e o intercâmbio entre uma rede de inúmeros parceiros, contando, atualmente, com mais de 65 instituições de 27 países da América Latina, Espanha e Cabo Verde;
- d) **A experiência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na implementação da Cooperação Sul-Sul e triangular:** Fundado em 1942, o SENAI é uma organização brasileira sem fins lucrativos com a missão de oferecer educação técnica e profissional e formação em áreas industriais de especialização e promover a investigação aplicada e a transferência de tecnologia para o benefício da indústria brasileira. O SENAI é um dos principais atores brasileiros na cooperação Sul-Sul, visto que, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, conseguiu estabelecer 15 centros de formação técnica e profissional na América Latina, África e Ásia. A instituição é responsável pela formação de 2,5 milhões de profissionais por ano e pela administração de uma rede de 809 unidades operacionais fixas e móveis, com 55 milhões de alunos matriculados desde a sua criação;
- e) **Cooperação Sul-Sul e Triangular e a Proteção Social:** A OIT está empenhada em ajudar os países a alargar a proteção social para todos os grupos sociais e a melhorar as condições laborais de trabalho e a segurança laboral. Para se ter uma

---

<sup>15</sup> Para informações detalhadas, sugere-se consultar o livro: "Cooperação Sul-Sul e o Trabalho Decente: boas práticas", coordenado por Anita Amorim (Genebra: OIT, 2013).

<sup>16</sup> <http://www.ilo.org/ipec/Campaignadvocacy/Scream/lang--en/index.htm>

<sup>17</sup> <http://www.ilo.org/ipec/projects/global/tackle/lang--en/index.htm>

<sup>18</sup> (<http://www.oitcinterfor.org>).

ideia, “A Campanha de Segurança Social e Cobertura para Todos”<sup>19</sup>, oferece um ambiente propício para a Cooperação Sul-Sul dentro deste domínio. A campanha foi lançada em 2001 durante a Conferência Internacional do Trabalho, em que os governos, empregadores e trabalhadores chegaram a um novo consenso sobre a segurança social como uma ferramenta importante para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento social e econômico. Posteriormente, em 2009, a ONU lançou a Iniciativa do Piso de Proteção Social (PPS), que consiste numa das suas nove iniciativas para enfrentar a atual crise global e foi apoiada por uma resolução aprovada pela Assembleia Geral da ONU, que tem por objetivo promover estratégias que salvaguardem um nível mínimo de acesso a serviços essenciais e segurança de rendimento para todos.

- f) **A Cooperação Sul-Sul para a implementação de Pisos de Proteção Social (PPS) sensíveis às questões de gênero a nível nacional:** O projeto presta especial atenção à promoção de uma abordagem sensível às questões de gênero na introdução de elementos do PPS a nível nacional;
- g) **Inovações em Programas Públicos de Emprego e Crescimento Inclusivo Sustentável** sob os auspícios do Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), e a Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul sobre “*Energia, Mudanças Climáticas e Trabalho Decente*” realizada em 2012. A OIT também trabalha em estreita colaboração com os países do Fórum IBAS para promover as lições aprendidas a partir de iniciativas como a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi da Índia, o Bolsa Família do Brasil e o Programa de Trabalho Comunitário da África do Sul;
- h) **Universidade Global do Trabalho (GLU)**<sup>20</sup> : é uma rede que reúne universidades, sindicatos nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil e a OIT, com o objetivo de criar uma parceria para a gestão internacional e de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento de competências;
- i) **Programas na área da economia verde**<sup>21</sup>: O Programa “Bolsa Verde”<sup>22</sup> do Brasil, de transferência de renda e inserção socioeconômica da população rural em extrema pobreza; *Energías Renovables* da Argentina, de treinamento técnico e profissional para o setor da construção civil e incorporação de técnicas e práticas sustentáveis no setor da construção; A *Rede de Instituições de Formação da América Central e do Caribe* da América Central, que contribui para a inserção sociolaboral de grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, a partir do treinamento em áreas de empregos verdes; o projeto *Cobitech’s*, programa africano (parceria entre Quênia, Tanzânia e Uganda) de inserção de jovens a partir dos negócios verdes; o My COOP, relacionado com as cooperativas agrícolas;

---

<sup>19</sup> Documento assinado entre 18 países, a Comissão Europeia e o Centro Internacional de Formação da OIT, Turim.

<sup>20</sup> Global Labour University (GLU): (<http://www.global-labour-university.org/>).

<sup>21</sup> Para uma visão mais detalhada, consultar o Documento da “*Global South-South Development Expo 2013*”. ILO Solution Forum: Promoting Sustainable Development and Decent Work through South-South and triangular cooperation. Kenya, 2013.

<sup>22</sup> <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-verde/beneficiarios/bolsa-verde>

- j) **Experiências recentes:** em 2012, uma primeira missão Sul-Sul de consulta e partilha de conhecimentos com um especialista indiano em "Convergência de Missão" foi organizada no âmbito da elaboração de um sistema de proteção social. Em junho de 2012, decorreram missões de intercâmbio Sul-Sul com proeminentes especialistas tailandeses do Gabinete Nacional de Segurança da Saúde e do Gabinete de Pesquisa do Sistema de Seguros de Saúde, para apoiar a concessão do sistema informático para a gestão e acompanhamento do Regime de Seguro de Saúde do Fundo Nacional de Segurança Social. No Togo, a iniciativa de Cooperação Sul-Sul apoia a Comissão Nacional de Proteção Social, que foi criada em 2012 pelo primeiro-ministro, e é responsável pela elaboração da Estratégia Nacional de Proteção Social. Em 2013, mais de mil participantes, incluindo Chefes de Estado e de Governo, representantes de várias agências da ONUe outras instituições relevantes, reuniram-se em Nairóbi para a Exposição Global sobre Desenvolvimento Sul-Sul<sup>23</sup>. Neste encontro, o tema era "Construindo Economias Inclusivas: Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza".

### **1.3 A Cooperação Sul-Sul e triangular e a relação com o Desenvolvimento Económico e Social Local**

Ao verificar as diferentes frentes de atuação da Cooperação Sul-Sul e triangular supramencionadas (erradicação do trabalho infantil, formação profissional, proteção social, economia verde, projetos para o crescimento inclusivo e sustentável, etc), nota-se que os seus desdobramentos potenciais contribuem e estão relacionados com impactos positivos nos respectivos territórios de atuação destes projetos. Territórios com perspectivas de geração de trabalho decente, população mais educada, com melhor nível de formação técnico-profissional e com atividades económicas que, além da geração de trabalho, emprego e renda, visam um padrão de desenvolvimento sustentável e inclusivo, são territórios que, de fato, praticam o que hoje muitos chamam de desenvolvimento sustentável inclusivo.

Nesse sentido, conforme apontado por Jürgen Schwettmann<sup>24</sup>: *“as comunidades locais oferecem uma vasta gama de oportunidades para projetos inovadores, apoiando a criação de empregos e o desenvolvimento de empresas sustentáveis, a extensão da proteção social e da proteção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho. O desenvolvimento económico e social local e a participação ativa dos atores locais são essenciais para a implementação da Agenda do Trabalho Decente”*. Ainda na sua visão, *“a experiência das cidades e das comunidades locais na economia ecológica, na erradicação da pobreza e na promoção da Agenda do Trabalho Decente tem sido fortemente reconhecida”*.

Aparece aqui, portanto, **outro elemento constitutivo da Cooperação Sul- Sul e triangular:** a sua relação com o desenvolvimento económico e social local. Nesta direção, os grandes desafios que se colocam são: como podem as cidades, os governos locais e os seus parceiros enfrentar os desafios do mundo do trabalho juntamente com o

---

<sup>23</sup> [http://www.ilo.org/pardev/south-south/WCMS\\_220453/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/pardev/south-south/WCMS_220453/lang--en/index.htm)

<sup>24</sup> No Prefácio de: *“A Cooperação Cidade-Cidade, Sul-Sul e triangular”*. Genebra: OIT, 2013, coordenado por em Amorim e Martinot-Lagarde (2013).

governo central e os parceiros sociais? E, o que é, e como se pratica, de fato, o desenvolvimento econômico e social local?

#### **Quadro 5 – Desenvolvimento Econômico e Social Local: outro elemento constitutivo da Cooperação Sul-Sul e triangular**

O **Desenvolvimento Econômico e Social Local** é entendido como “*um processo de desenvolvimento participativo que incentiva parcerias entre os principais atores públicos e privados interessados num determinado território, permitindo a implementação conjunta de uma estratégia de desenvolvimento comum, fazendo uso dos recursos locais e vantagens competitivas num contexto global, com o objetivo final de criar empregos decentes e estimular a atividade econômica*”. Uma das principais características desta abordagem é que ela reúne o governo local, o setor privado, as organizações sem fins lucrativos e as comunidades locais, encorajando-os a fazerem melhor uso dos recursos existentes e do potencial da localidade. O Desenvolvimento Econômico e Social Local visa melhorar as condições econômicas locais e, portanto, tem em vista atingir uma melhor qualidade de vida. Esta é uma abordagem “*de-baixo-para-cima*” que valoriza os atores locais, públicos e privados encarregados do investimento e dos processos associados (Amorim e Lagarde, 2013, p.20).

Tais definições nos levam a pensar numa modesta, porém importante contribuição para o desenvolvimento “endógeno”, embasado na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas territoriais e nas inter-relações sinérgicas. A ideia do desenvolvimento endógeno baseia-se na visão de que os sistemas produtivos consistem num conjunto de fatores materiais e imateriais que permitem que as economias locais, regionais e nacionais adotem determinados caminhos para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Nesta perspectiva, conforme advertira Putnam (2000), a explicação fundamental para o desenvolvimento endógeno está no elevado grau de “capital social” encontrado nas comunidades nas quais as ações são praticadas. Ou seja, a capacidade organizativa da sociedade é fundamental para o seu processo de desenvolvimento<sup>25</sup>.

Outro aspecto fundamental reside no fato de que ao se referir ao desenvolvimento econômico e social local, há que considerar, sempre conjuntamente, a importância das seguintes dimensões: a) econômica: relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza; b) social e cultural: implica qualidade de vida, equidade e integração social; c) ambiental: refere-se aos recursos naturais e à sustentabilidade dos modelos de médio e longo prazo e d) política: trata-se de aspectos relacionados com a governança territorial, bem como com o projeto coletivo independente e sustentável.

Nesses termos, o foco inovador da Cooperação Sul-Sul e triangular e das suas propostas, está centrado, de um lado, na ideia de que o projeto de desenvolvimento deve ser construído de “*baixo para cima*” e, por outro lado, na existência de um “*pacto territorial*”, mediado e impulsionado pela articulação de atores-chave (governo, organizações de produtores, cooperativas, sindicatos, associações empresariais, instituições educacionais e de pesquisa etc).

---

<sup>25</sup> Por “*capital social*”, o autor entende o “*capital*” que diz respeito a características de organização social, como a confiança, normas e sistemas que contribuem para o aumento da eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Nesta, mais do que identificar um elevado capital social, o importante é saber se a organização social-local-territorial suscita uma forte capacidade de cooperação em torno do projeto coletivo.

Eis o que França Filho (2006) cunhou como “*concepção estratégica de desenvolvimento territorial*”. Na visão deste autor, o conceito estratégico advém da ideia de que o desenvolvimento territorial é fruto de ações conjuntas, colaborativas e participativas, de mobilização social e produtiva do território, com impactos socioeconômicos e políticos mais amplos que se articulam num território específico. É também o que se pode chamar de uma política de “*organização da sociedade*”, uma vez que seus beneficiários diretos não são indivíduos isolados ou assistidos, mas sim coletivos inseridos no território.

Na práxis, este “*novo*” fundamento de atuação para o desenvolvimento, tem como base, a inter-relação de, principalmente, três modalidades de políticas que devem ser seguidas: a) setoriais: objetivando melhoras permanentes da eficiência e da produtividade dos setores produtivos, a partir de ações para a qualificação, formação, inovações tecnológicas, etc.; b) territoriais: formas de administrar e gerir os recursos endógenos (mão de obra, recursos naturais e infraestrutura), visando a criação de um espaço local favorável e c) ambientais: a partir de ações para conservação dos recursos naturais e conscientização ecológica, tida como valor estratégico em questões de desenvolvimento de localidades.

Como se observa, há uma convergência de ideias quando se analisa o já mencionado trabalho da OIT sobre o tema, o que revela um caminho de apoio ao desenvolvimento econômico e social local, no contexto da Cooperação Sul-Sul e triangular. No Capítulo 4, de “*A Cooperação Cidade-Cidade, Sul-Sul e triangular*”, os autores defendem a ideia de que:

*“um ambiente local adequado é fundamental para o sucesso do desenvolvimento local, uma vez que depende muito do envolvimento das partes locais interessadas. Tanto a capacidade dos funcionários do governo local como as capacidades de outros atores públicos, privados e não-governamentais ativos a nível local são importantes neste contexto. Instituições públicas e privadas de pesquisa, PME, grandes empresas, sindicatos, ONGs locais, etc., desempenham um papel fundamental em projetos de desenvolvimento econômico e social local”*(p.24).

Neste rumo, é válido notar que, assim como os elementos constitutivos da Cooperação Sul-Sul e triangular mostrados anteriormente, este ligado ao desenvolvimento econômico e social local, também apresenta relação bastante próxima com a Economia Social e Solidária. A Cooperação Sul-Sul e triangular permite um intercâmbio entre as diferentes formas em que a Economia Social e Solidária se manifesta nos respectivos territórios, contribuindo, além da geração de trabalho, emprego e renda, para o desenvolvimento econômico e social local. Isto, pois, como veremos, os Empreendimentos Econômicos Solidários atuam com base na: a) valorização do trabalho, do saber, da criatividade, b) identificação do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção, com base na democracia, na solidariedade e na cooperação; c) gestão democrática dos empreendimentos pelos trabalhadores (autogestão) e d) construção de redes de colaboração solidária como forma de integração entre os diferentes Empreendimentos Econômicos Solidários.

Esta constatação encontra suporte em algumas das iniciativas propostas no âmbito da Cooperação Sul-Sul e triangular<sup>26</sup>, que contribuiram para mitigar os efeitos da atual crise, colocando o emprego e a proteção social no centro das políticas de recuperação, incluindo a identificação de modelos bem sucedidos nos países em desenvolvimento e a

---

<sup>26</sup> Com base Amorim (2013).

partilha destas experiências, colaborando, inclusive, com a Agenda do Trabalho Decente da OIT.

É válido mencionar que as áreas importantes de contribuição para a partilha de conhecimentos incluem: a) Partilha de boas práticas na formulação e adaptação (ou replicação) de esquemas de microfinança para enfrentar o crescimento dos níveis de desemprego e perda de postos de trabalho entre os grupos vulneráveis; b) Partilha de experiências em novos incentivos e mecanismos para a criação de empresas, especialmente de micro e pequenas empresas, que nos países em desenvolvimento constituem a maior parte da base de emprego sustentável e geradora de crescimento; c) Promover a replicação e adaptação de programas/regimes de garantia de emprego em países em desenvolvimento, o que pode ser especialmente eficiente em termos de custos durante uma crise (por exemplo, na Argentina, no Brasil, na Indonésia, na Índia entre outros); d) Partilha de programas de emprego para jovens, uma vez que homens e mulheres jovens são mais suscetíveis de serem afetados pelo aumento do desemprego e trabalhos precários.

Ao verificar estas áreas, constata-se que a microfinança, um dos instrumentos da Economia Social e Solidária, constitui-se uma oportunidade de geração de pequenos negócios e inclusão socioeconômica, com base nos valores da Economia Social e Solidária e pode ser dinamizada e replicada em outros territórios, a partir da Cooperação Sul-Sul e triangular. Se bem-sucedida, a experiência traz como frutos o desenvolvimento econômico e social local, melhorando as condições de vida e de sociabilidade nos territórios em que tais experiências ocorrem. Ademais, a possibilidade de fomento aos negócios para as micro e pequenas empresas é uma ideia importante, inclusive, pois, estas empresas necessitam de apoio, assessoria, melhores condições de acesso ao crédito e aos mercados etc.

No caso dos programas/regimes de garantia de emprego, mais recentemente, algumas experiências vêm ocorrendo e merecem destaque, sobretudo levando em conta o fato de que a Cooperação Sul-Sul e triangular pode contribuir para o avanço e a disseminação destas experiências, que conectam a Economia Social e Solidária com o desenvolvimento econômico e social local. Tais experiências se referem aos programas públicos de garantia de emprego, cujos maiores objetivos são a redução do desemprego, sobretudo dos grupos mais vulneráveis, a partir de programas de revitalização e limpeza de vias e espaços públicos, de construção de rodovias na zona rural, de extensão de projetos de saneamento básico, dentre outros. Tais programas garantem, de um lado, o incremento da infraestrutura urbana e rural dos territórios e, por outro lado, a inclusão sociolaboral de grupos desfavorecidos e sem perspectivas de emprego e renda.

Alguns casos internacionais foram estudados no âmbito destes programas, como o *Expanded Public Works Program (EPWP)* e *Community Work Program (CWP)*, na África do Sul; o *Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*, na Argentina; o *Productive Safety Net Programme (PSNP)*, na Etiópia e *Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act (MGNREGA)*, na Índia (Lal, et al, 2010). Além destas, cabe mencionar que no Brasil, em 2011, foi lançado um programa que se enquadra nesta lógica, chamado “*Plano Brasil sem Miséria*”<sup>27</sup>. Este Plano, dentre outros aspectos, visa erradicar a pobreza com base na inserção produtiva pela via da Economia Social e

---

<sup>27</sup> <http://www.brasilsemmiseria.gov.br>



Solidária e será direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70 por pessoa (cerca de US\$ 35).

Por fim, a partilha de programas de emprego para jovens constitui-se um tema de bastante relevância e pertinência, sobretudo levando-se em conta o quadro acima mencionado de desemprego juvenil. Nesse sentido, há experiências que apontam inúmeras oportunidades de criação de empregos para os jovens, pela via da Economia Social e Solidária<sup>28</sup>, a partir de cooperativas e associações que fornecem cursos de qualificação em determinadas áreas, formando e inserindo estes jovens no mercado de trabalho local, evitando, inclusive, que os mesmos deixem seus lares e regiões.

Nesta perspectiva, reitera-se a ideia de que mais do que geração de trabalho, emprego e renda, as experiências de Economia Social e Solidária apontam para uma melhor organização social e política dos territórios. Paralelamente à realização das suas atividades produtivas e/ou de consumo, as experiências contribuem para fortalecer os vínculos sociais e políticos no território, além de permitirem uma maior participação política dos atores, bem como a criação de espaços públicos que “dão voz” aos seus problemas e às oportunidades de abordagem coletiva e participativa<sup>29</sup>. Este será o tema que será tratado no tópico seguinte.

## **2. Economia Social e Solidária e as potencialidades deste “setor” para a geração de trabalho, emprego e renda no marco da Cooperação Sul-Sul**

### **2.1 Economia Social e Solidária: do que se trata este “setor”**

A Economia Social e Solidária constitui-se como um fenômeno que progressivamente ganha espaço na academia, nas agendas de políticas públicas nacionais e internacionais, nas agências multilaterais, através da adesão de seus atores, e que se assume como uma área de estudo de imensa importância e pertinência, além de grande interesse e curiosidade por parte da sociedade<sup>30</sup>.

O campo de estudos e da *práxis* da Economia Social e Solidária contempla diferentes correntes teóricas, que hoje influenciam o pensamento sobre o seu papel e o seu lugar na transformação do modo de produção capitalista. Ou seja, este campo é caracterizado pela permanente tensão, seja no que se refere às questões teórico-conceituais, seja entre

---

<sup>28</sup> Consultar o Guia 2013 da Academia Internacional de Economia Social e Solidária da OIT, realizada em Agadir (2013), disponível em: [WWW.socialeconomy.itcilo.org/en](http://WWW.socialeconomy.itcilo.org/en)

<sup>29</sup> Ou, conforme referiu Engracia Hidalgo, Secretária de Estado de Emprego do Governo Espanhol, em recente estudo do CIRIEC (2013): a Economia Social e Solidária transcende parâmetros puramente quantitativos, uma vez que constitui um “*elemento chave de coesão social*” (p.5). In: Prólogo da Revista do CIRIEC-Espanha, agosto de 2013. Disponível em: [http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/CIRIEC\\_7800\\_Hidalgo.pdf](http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/CIRIEC_7800_Hidalgo.pdf)

<sup>30</sup> Para citar apenas um exemplo que mostra a magnitude deste fenômeno: o surgimento, em setembro de 2013, em Genebra, da “*Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy*”, uma Força-Tarefa entre diversas Agências das Nações Unidas que tratará o tema da Economia Social e Solidária, numa perspectiva internacional e transversal. Certamente, dois outros eventos devem ser mencionados como de extrema importância para o surgimento desta *Força-Tarefa*: as Academias Internacionais da OIT sobre Economia Social e Solidária e a Conferência realizada pelo Instituto de Investigação para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas (UNRISD), em maio de 2013, chamada “*Social and Solidarity Economy: potential and limits*”. Informações adicionais, consultar: [www.ilo.org/coop](http://www.ilo.org/coop); [www.unrisd.org/sse](http://www.unrisd.org/sse) e [www.socialeconomy.itcilo.org/en](http://www.socialeconomy.itcilo.org/en).

as diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, seus enquadramentos e seus modos de operação.

Tal diversidade pode ser notada em relação às diferentes terminologias encontradas para designar o “setor”.

#### **Quadro 6 – Economia Social e Solidária e sua diversidade terminológica**

A diversidade terminológica existente foi minuciosamente descrita por Moreno (1996) e, de acordo com a autora, os termos mais frequentes são:

- 1) “*Terceiro Setor*”: quando se faz alusão aos dois outros “Setores”, a saber, Estado e Privado Capitalista;
- 2) “*Setor Voluntário*”: termo que tem como característica básica o caráter voluntário de uma parte muito relevante de pessoas que forma, trabalha e dirige atividades voluntárias;
- 3) “*Setor Não Lucrativo*”: termo empregado pelo Sistema Nacional de Contas Integradas das Nações Unidas que enfatiza o caráter não lucrativo das organizações que compõem o terceiro setor, entendendo que as suas ações não têm o objetivo de obter benefícios para distribuí-los entre os indivíduos que as compõem, mas sim para direcioná-los a outros fins socialmente determinados;
- 4) “*Setor Filantrópico*”: refere-se àquelas organizações que canalizam recursos pessoais e materiais em prol de causas públicas ou sociais, sendo muito utilizado quando se trata de Fundações;
- 5) “*Setor Caritativo*”: termo que enfatiza o apoio que o terceiro setor recebe da sociedade em geral, em forma de doações privadas, para objetivos de caridade ou utilidade social;
- 6) “*Organizações Não Governamentais*” – ONGs: termo que se refere àquelas entidades privadas que visam a promoção socioeconômica dos indivíduos e comunidades;
- 7) “*Setor Independente*”: termo que é utilizado para salientar o papel que o terceiro setor possui como força independente tanto face à atividade do setor público, como com respeito ao setor lucrativo ou maximizador do benefício das atividades capitalistas;
- 8) “*Setor Intermediário*”: análogo ao anterior, enfatiza o papel do terceiro setor não lucrativo como terceira força social, ou seja, como o setor “mediador” entre os interesses do mercado e o das políticas das agências públicas, embora mantendo relações com ambos os agentes;
- 9) “*Setor Isento de Impostos*”: considerando que na maioria dos países este setor desfruta de uma fiscalidade favorável, ou seja, com benefícios e isenções tributárias;
- 10) “*Economia Social*”: denominação que abarca tanto entidades genuínas do Terceiro Setor (Fundações, Associações), como certas entidades de tipo comercial, mais orientadas ao mercado, tais como cooperativas, associações, mútuas, etc.

Tremblay (2009) também enumera, por países, diferentes terminologias, como “Social Economy” (EUA e Canadá), “Solidarity Economy” (Argentina, Brasil, Chile e Quebec), “People’s Economy” (Ásia), “Associative Movements” (Senegal e Turquia), “Civil

Society” (África do Sul) e “Community Economic Development” (Austrália, Nova Zelândia e Canadá anglo-saxão).

Conforme apontou Cruz (2006, p. 88), conceituar este “setor” é algo complexo,

*“uma vez que é uma tarefa que se desloca do mero debate acadêmico, para incorporar-se aos olhares e propostas de um espectro amplo de atores sociais, do movimento sindical aos formuladores de políticas públicas, de instituições religiosas a organismos multilaterais”.*

Face a esta diversidade, de acordo com Moreno & Chaves (2006), na literatura econômica especializada, podem-se detectar três enfoques teóricos bem definidos: a) enfoque da “Economia Social”, tido como o mais antigo, mais consolidado e bastante divulgado e utilizado na Europa; b) enfoque das organizações das organizações sem fins lucrativos (NPO) e c) enfoque da “Economia Solidária”, o mais recente e considerado por muitos autores como uma derivação do enfoque da “Economia Social”, de origem latino-americana.

Apesar de tais diferenciações terminológicas, conceituais e teóricas, deve-se ter em conta duas questões mais gerais, além da constatação de crescente importância que a Economia Social e Solidária vem adquirindo<sup>31</sup>: uma refere-se ao fato de que, conforme afirmou Vieira (2005, p.56), a Economia Social e Solidária *“enquanto conceito possui uma tripla natureza. Ao mesmo tempo em que é um objeto empiricamente verificável, também é um movimento social e uma teoria propositiva da mudança socioeconômica”*. E a outra reside no fato de que as principais formas de atuação da Economia Social e Solidária se dão a partir das cooperativas, das sociedades mutuais, das associações e das empresas sociais. E, tratando-se de seus elementos constitutivos, podemos assinalar: o valor social; a cooperação e o empreendedorismo associativo; a solidariedade; a participação voluntária e a autonomia; a sustentabilidade dos recursos locais; a dimensão coletiva e o mercado com bases éticas e solidárias.

#### **Quadro 7 – Economia Social e Solidária e a Cooperação Sul-Sul e triangular: similitudes dos seus elementos constitutivos**

Nesse sentido, é inegável que tais elementos estão umbilicalmente ligados aos elementos constitutivos da Cooperação Sul-Sul e triangular apresentados anteriormente (iniciativas de cunho social, econômico, ambiental e político; solidariedade; cooperação; parceria e partilha de conhecimentos e experiências; interesse comum; caráter da transversalidade etc). Em outros termos, a Economia Social e Solidária contempla uma faceta da Cooperação Sul-Sul e triangular que deve ser fomentada, pois se revela uma formidável ferramenta de inclusão sociolaboral com vistas ao desenvolvimento econômico e social local .

Pode-se dizer, então, que a Cooperação Sul-Sul e triangular e a Economia Social e Solidária são duas faces da mesma moeda que se retroalimentam reciprocamente, trazendo como resultado, formas efetivas de desenvolvimento econômico e social local.

<sup>31</sup> Para mais informações, dados e constatações, consultar os Guias (2010; 2011 e 2013) das Academias Internacionais sobre Economia Social e Solidária da OIT, no site: <http://socialeconomy.itcilo.org/en>

Os Empreendimentos Econômicos Solidários têm por base a ação local enraizada na comunidade, pertencente a uma rede de relações comuns, o que favorece uma estratégia de desenvolvimento econômico e social local, bem como o seu fortalecimento. É justamente esse enraizamento que eles apresentam com o espaço local no qual se inserem que vai permitir a estes empreendimentos possuírem uma relação direta com o desenvolvimento econômico e social local do território, potencializando as capacidades e os recursos humanos e materiais endógenos. É sobre esta relação entre a Economia Social e Solidária e o Desenvolvimento Econômico e Social Local que se pretenderá avançar a seguir.

## **2.2 Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Econômico e Social Local: amplas e efetivas conexões**

Ao tratar da relação entre a Economia Social e Solidária e o desenvolvimento econômico e social local, o estudo do Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC, 2007) apontou que a Economia Social e Solidária apresenta um grande potencial para ativar processos de “*desenvolvimento endógeno*”, visto que a forte conexão comunidade (território) e Economia Social e Solidária faz desta especialmente conhecedora dos interesses e necessidades daquela, sendo capaz de promover a corresponsabilidade em termos de utilização de recursos e distribuição de benefícios.

Estas conexões entre o econômico e o social também foram ressaltadas por Greffe (2007), que defende a ideia de que os projetos de desenvolvimento econômico e social local levados a cabo por iniciativas e organizações da Economia Social e Solidária, traz como corolário a integração entre as dimensões econômicas e sociais, além de impulsionar novos comportamentos produtivos no território, a partir de parcerias, cooperação, ações de baixo para cima, desenvolvimento da comunidade e geração de capital social.

Do ponto de vista teórico-conceitual, cabe mencionar que os estudos sobre desenvolvimento econômico e social local vêm progressivamente ganhando espaço, sobretudo nas duas últimas décadas, e aparecem baseados numa nova realidade socioeconômica e institucional, onde a administração pública local é tida como o pilar fundamental destas políticas. Para Ramírez y Benito (2000), o desenvolvimento econômico e social local pode ser definido como um processo de crescimento econômico com transformações estruturais que conduzem a uma melhora do nível de vida da população local, criando emprego, renda e riqueza por e para a comunidade.

No entanto, é essencial frisar que tal ideia não deve negligenciar a importância das políticas econômicas adotadas em âmbito federal. Muito pelo contrário, estas devem ser pensadas e implementadas de modo a contribuir para a consecução bem-sucedida das políticas de desenvolvimento econômico e social local. Afinal, questões cruciais como taxa de juros, nível de investimento, taxa de câmbio, bem como percentual de transferências aos municípios e de gastos em determinadas políticas locais, são decisões tomadas a nível federal e que podem facilitar ou inviabilizar ações, programas e projetos de desenvolvimento econômico e social local.

É possível observar a existência de diversas experiências em andamento no mundo, que, inclusive, vêm se multiplicando e se estendendo em muitos territórios<sup>32</sup>. Elas expressam

---

<sup>32</sup> Para o caso brasileiro, por exemplo, cita-se o livro “*Novos Paradigmas de Produção e Consumo: experiências inovadoras*” (2010), organizada por Leandro Morais e Adriano Borges,

as tentativas da sociedade de buscar novos caminhos de enfrentamento do desemprego, da falta de renda, bem como da falta de oportunidades nas esferas tradicionais.

Em outros termos, a análise destas experiências nos permite perceber que já se encontram em andamento iniciativas/estratégias de sobrevivência que, intencionalmente ou não, além de gerarem renda e condições de subsistência, apontam para possibilidades de alteração das relações sociais entre produtor e consumidor, num marco de solidariedade e com base em valores coletivos e associativistas. São práticas alternativas que surgem a partir de diferentes atores e em escalas distintas e que mobilizam importantes questões como o trabalho, a saúde, a alimentação e a qualidade de vida. Eis a transversalidade das ações da Economia Social e Solidária e suas relações com as ações, projetos e programas da Cooperação Sul-Sul e triangular.

Cocco (2006) caracteriza estas experiências como uma “*multidão produtiva*” e “*radicalmente democrática*”, num “*conjunto de singularidades que cooperam entre si*”, se alinham com a ideia de mobilização produtiva dos territórios, visando o desenvolvimento socioterritorial a partir da emergência de novos sujeitos políticos e da constituição do comum.

Tais iniciativas locais remetem a um conjunto de conhecimentos, competências, noções e princípios adquiridos ao longo do tempo e que dão um “*sentido*” e “*identidade*” a um conjunto de práticas que geram dinâmicas econômicas, organizativas e de articulação política. Tais experiências emergiram em diferentes contextos locais e caracterizam-se por um enriquecido repertório de práticas técnico-produtivas e de organização econômica e social que se afirmam como criadores de novos territórios e modos de vida.

Como exemplos de algumas experiências que aliam a Economia Social e Solidária e o desenvolvimento econômico e social local, citam-se:

a) Na **Argentina**, o Plano Nacional de Desenvolvimento Local e Economia Social, intitulado “*Manos a La Obra*”, cuja implementação, coordenação e supervisão estão a cargo da Secretaria de Políticas Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social. Este programa tem como objetivo apoiar iniciativas de desenvolvimento socioeconômico local de setores com poucos recursos, visando a melhoria de renda desta população. Dentre as principais ferramentas estão o apoio econômico e financeiro dos empreendimentos produtivos e comunitários que apresentem viabilidade e sustentabilidade; o fortalecimento institucional aos conselhos consultivos, espaços associativos e organizações da sociedade civil e assistência técnica e capacitação aos seus participantes;

b) No **México**, a UNIMOSS, onde a participação de seus membros é voluntária e colaborativa, todas as ações são guiadas pela ideia de uma “*estratégia global para o desenvolvimento econômico e social*” de redes que estão distribuídas em todo o território nacional. Outro aspecto relaciona-se com os Grupos de Intercâmbio Solidário, que têm como função fomentar o desenvolvimento de práticas de trocas solidárias de produtos, serviços e conhecimento e de estimular uma identidade comum e de relações internas à comunidade, fortalecendo, assim, as relações do território com as instituições públicas e propiciando o aparecimento de projetos produtivos e comerciais sustentáveis, especificamente para a produção de alimentos.

---

onde é possível analisar 11 interessantes experiências de Economia Social e Solidária atreladas ao desenvolvimento econômico e social local, que ocorrem em todas as regiões do país.

c) No **Brasil**, o Banco Palmas é considerado como o banco comunitário mais famoso e bem sucedido, criador de um modelo bastante reaplicado no país: para se ter uma ideia, existem hoje cerca de 48 experiências similares. Trata-se de um programa de desenvolvimento territorial que envolve o microcrédito, as moedas sociais, a criação de iniciativas de Economia Social e Solidária, a capacitação profissional e a educação para o consumo. Esta experiência surgiu e se desenvolveu a partir da comunidade, sem grande apoio do poder público. Hoje, o Banco Palmas tem também uma forte atuação política no campo da micro-finança, buscando o seu reconhecimento e a criação de marcos legais;

d) No **Ecuador**, a Constituição de 1998 vinculou a economia aos princípios de eficiência, solidariedade, sustentabilidade e qualidade. Parte dos recursos públicos disponibilizados é direcionada para garantir a proteção dos camponeses e dos pequenos agricultores, em projetos que combinem a geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e conscientização ambiental. Neste país, em setembro de 2008, foi adotada uma nova Constituição, de base popular e comunitária, onde o povo e a vida ocupam lugar ainda mais importante na condução das políticas do país. Estabeleceu-se, portanto, a ideia do “bem-viver”, enfatizando os princípios de igualdade, democracia, diversidade, soberania nacional, alimentar, energética e financeira.

e) Na **Nova Zelândia**, o “*Projeto de Ação e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico Comunitário*”, que apoia a formulação de projetos comunitários locais, é considerado como um “projeto-chave” do Departamento do Trabalho do país. No âmbito deste programa, o Departamento de Trabalho realiza um intercâmbio entre práticas de gestão governamentais e empresariais e transferem-as para as comunidades, além de mapear oportunidades locais para o desenvolvimento de atividades nos territórios. No âmbito deste programa, a própria comunidade é a responsável pelo planejamento, pela implementação e pelo controle do seu processo de desenvolvimento, bem como pela formação das suas redes e relações com o setor público e demais instituições.

f) Em **Mali**, a criação do Departamento de Economia Solidária, que conta, desde 2003, com o apoio de uma rede nacional de pesquisas e de desenvolvimento de estratégias para a Economia Social e Solidária, chamada Rede Nacional de Apoio à Promoção da Economia Social e Solidária (RENAPES). Esta rede conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social do país e de uma organização canadense e atua na redução da pobreza e da exclusão, bem como na definição de políticas sociais para o desenvolvimento sustentável de comunidades marginalizadas em todo o território nacional;

g) No **Marrocos**, mais recentemente, é comum a existência de “associações de desenvolvimento”, que emergem como instrumentos de desenvolvimento local, proteção dos recursos naturais e fonte de geração de trabalho e renda, sobretudo no meio rural. Atuam com base no “enfoque integrado de ações”, ou seja, a partir de projetos de acesso à água potável, irrigação, eletrificação entre outros e, no meio urbano, realizam um trabalho de formação e sensibilização para os problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável;

h) Em **Cabo Verde**, o “*Programa Nacional de luta contra a Pobreza no Meio Rural*”, tem como objetivo aumentar o “capital social” das pessoas pobres, mobilizando, assim, as potencialidades das comunidades locais, dos seus líderes, dos parceiros da sociedade civil e da administração pública. Para alcançar este objetivo, os atores sociais e o Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social,



apoiam a realização de ações de formação e a execução de atividades geradoras de renda nos setores da agricultura, pesca, pecuária, agroindústria e artesanato. Também lutam pela melhoria do acesso a serviços básicos, nos domínios da água, educação, formação profissional e habitação social, a partir de iniciativas de incorporação com base na Economia Social e Solidária;

i) Nas **Filipinas**, atualmente, a experiência do microcrédito se disseminou em todo o país e, além de fornecer o crédito, atua em áreas da qualificação profissional, inclusão socioprodutiva, técnicas para gestão de recursos e contribui para a conscientização sobre as potencialidades da organização comunitária e dos empreendedores sociais. Uma parceria entre grupos de microfinanças propiciou a discussão e a elaboração de um projeto de lei para que o governo, nos seus objetivos de proteção social (Sistema de Segurança Social), integre o subsídio de funeral e incorpore os membros dos grupos de microfinança na Proteção Social formal;

j) Em **Bangladesh**, país referência no que se refere ao microcrédito e formas de acesso a recursos financeiros por parte da população de baixa renda, o *Grameen Bank* é um caso exemplar, bem-sucedido e mundialmente conhecido pela utilização do microcrédito como forma de reduzir a pobreza e de gerar oportunidades para milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Esta experiência vem se disseminando em outras partes do mundo e servindo de inspiração para a elaboração de políticas públicas na área da Economia Social e Solidária.

Como se percebe, assim como apontado por Galduf, Maruri & Prósper (2013), uma política de desenvolvimento econômico e social local requer uma coordenação satisfatória entre os diferentes níveis governamentais, a superação de qualquer tipo de localismo e a cooperação entre os diferentes atores econômicos e sociais de cada área. Também se encontra incluído o papel importante que as universidades têm nesta temática.

## **2.2 A Cooperação Sul-Sul e triangular como instrumento de fortalecimento da Economia Social e Solidária**

Conforme se verificou, há inúmeras experiências que demonstram que a Economia Social e Solidária constitui-se como um instrumento de geração de trabalho, emprego e renda para um número significativo de pessoas a nível mundial e contribui para o desenvolvimento econômico e social local do território em que tais experiências ocorrem. Em muitos casos, inclusive, a Economia Social e Solidária constitui-se não como uma escolha entre outras possíveis, mas a única alternativa de obtenção de renda e como forma de sobrevivência.

No entanto, tais experiências são marcadas por desafios ligados ao seu *modus operandi*, que inviabilizam ou dificultam, em muitos casos, a sua continuidade e avanços.

Tais desafios existem devido a determinados aspectos econômicos, administrativos e de gestão; aspectos políticos, sociais, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos e aspectos ambientais, jurídicos e contábeis (Neves, 2012). Além disso, há algumas restrições no que concerne à necessidade de se avançar em questões tais como o marco regulatório das políticas públicas de Economia Social e Solidária, da institucionalidade e do financiamento. Estas restrições significam entraves para o avanço da Economia Social e Solidária.

Tais entraves são: a) do ponto de vista econômico: os empreendimentos enfrentam grandes dificuldades para se inserir no mercado e os trabalhadores têm dificuldades para comercializar os produtos, encontrar fornecedores e mesmo dificuldades para constituir uma infraestrutura básica, como local de instalação, energia elétrica, água, bem como, do ponto de vista produtivo, de ter acesso às máquinas, equipamentos, etc.; b) do ponto de vista da qualificação, os membros dos empreendimentos, por vezes, possuem baixa escolaridade e qualificação técnico-profissional insuficiente, o que acarreta problemas de gestão e de contabilidade de suas atividades; c) do ponto de vista político, é necessária uma maior institucionalização do tema, no sentido de definir, claramente, o marco regulatório, as políticas públicas, a destinação de fundos específicos, a continuidade das políticas de apoio, etc.

É neste cenário que a Cooperação Sul-Sul e triangular servirá como instrumento de fortalecimento da Economia Social e Solidária, uma vez que a troca de conhecimento e de saberes propiciará melhorar as condições de funcionamento das experiências em outros lugares. Conforme já reconhecido em Amorim e Lagarde (2013, p. 29): “*o intercâmbio Sul-Sul está crescendo no campo da Economia Social e Solidária dado que a troca de boas práticas entre os países em desenvolvimento é um meio importante para alcançar tal apropriação nacional neste campo*”.

Nesta perspectiva, cabe aqui relembrar dois importantes acontecimentos, que serviram (e ainda servem) como um rico espaço de conhecimento e de troca de experiências diversas entre os atores da Economia Social e Solidária (praticantes, pesquisadores, governos, representantes de instituições entre outros) em temas distintos que circundam a Economia Social e Solidária e a sua prática. São eles: a Academia Internacional de Economia Social e Solidária da OIT<sup>33</sup> e a Conferência sobre os Potenciais e os Limites da Economia Social e Solidária do UNRISD<sup>34</sup>.

Em relação ao primeiro evento (Academia da OIT, realizada em Agadir, em 2013), vale mencionar que foram focadas nas oportunidades para melhorar o emprego dos jovens com enfoque nos países do Sul. Como vimos, a Economia Social e Solidária é uma realidade na vida de muitas pessoas as quais podem beneficiar de aprendizados entre países e comunidades. A Academia promove a formação inter-regional, reunindo centenas de profissionais, parceiros tripartidos e políticos de todo o mundo, para compartilhar as suas experiências e interagir com especialistas em Economia Social e Solidária. A Academia ajuda os participantes a compreenderem melhor as áreas em que a Economia Social e Solidária pode ser aplicada e executada com êxito (por exemplo, a criação de emprego, proteção social, diálogo social e empregos verdes). Os participantes também aprendem e compartilham experiências sociais e de solidariedade, estratégias e ferramentas de todo o mundo, com particular destaque para as trocas Sul-Sul.

Os especialistas que receberam uma bolsa de estudo Sul-Sul da OIT demonstraram as ligações entre a Economia Social e Solidária e a Cooperação Sul-Sul. Com base na experiência e conhecimento da OIT, algumas mensagens merecem ser ressaltadas:

---

<sup>33</sup> <http://socialeconomy.itcilo.org/en>

<sup>34</sup>

[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(LookupAllDocumentsByUNID\)/5936F8772AFB3780C1257BBE0056F0F9?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(LookupAllDocumentsByUNID)/5936F8772AFB3780C1257BBE0056F0F9?OpenDocument)

a) Parcerias Sul-Sul entre as partes interessadas na Economia Social e Solidária são inclusivas: elas envolvem uma abordagem multilateral central para a integração da Agenda do Trabalho Decente;

b) Cooperação Sul-Sul e acordos triangulares podem reforçar o impacto da Economia Social e Solidária em contextos nacionais e regionais. Estes podem criar e manter redes e plataformas regionais e inter-regionais mais amplas de conhecimento e troca de experiências<sup>35</sup>. Os beneficiários das bolsas de estudo criaram uma plataforma de partilha de conhecimento sobre Economia Social e Solidária chamada de "cérebro coletivo", que pode ser acessada através do link: <http://socialeconomy.itcilo.org/en/sse-academy-collective-brain>.

c) As redes existentes de Economia Social e Solidária entre os países do Sul estão inspirando iniciativas. Por exemplo, o *Mercosul Solidário*, que será melhor tratado posteriormente, serve como uma plataforma de partilha de conhecimento para as organizações do Cone Sul que trabalham na promoção e desenvolvimento da Economia Social e Solidária e do comércio justo;

No que se refere ao segundo evento (Conferência sobre os Potenciais e os Limites da Economia Social e Solidária do UNRISD), pode-se dizer que se constituiu mais um marco na ligação entre a Cooperação Sul-Sul e a Economia Social e Solidária no campo do Trabalho Decente, com base no princípio da solidariedade e incorporando preocupações econômicas, sociais e ambientais na agenda internacional de desenvolvimento. A Conferência contribuiu para a produção e a troca de conhecimento, apoiando o desenvolvimento de políticas internacionais e o aumento da visibilidade dentro do sistema das Nações Unidas. Como destaques, citam-se as experiências das redes de comércio justo, das alternativas financeiras, dos sistemas de moedas complementares e de microcrédito, das cooperativas, da participação das mulheres e dos trabalhadores informais, da proteção social, entre outros

Todas estas experiências apontam para o fato de que o potencial de intercâmbio Sul-Sul na Economia Social e Solidária é significativo. Na ocasião, o professor Paul Singer, secretário de Economia Solidária do Brasil e o Sr. Guy Ryder, Diretor Geral da OIT, salientaram a necessidade de expandir as redes de cooperação.

Desta forma, 2013 representa o ano em que os eventos de Agadir e de Genebra mostraram a potencialidade e a relevância da Cooperação Sul-Sul e triangular neste tema<sup>36</sup>, reafirmando a sua eficácia para desenvolver novas redes e parcerias em apoio à Economia Social e Solidária, num contexto onde a convergência destas áreas temáticas constituem uma oportunidade estratégica da OIT.

---

<sup>35</sup> Por exemplo, em 2008, o COOP África, Mecanismo de Cooperação de Cooperativas para a África, patrocinou uma visita de alto nível dos funcionários da área de cooperação do Governo da Tanzânia à Etiópia para aprender com a experiência de sua autonomia Agência Federal Cooperativa. O Escritório Regional da OIT para a África apoiou esta visita como um esforço de cooperação horizontal. Isto foi consistente com o Plano de Ação para a Promoção da Economia Social e Solidária nas Empresas e Organizações da África, adotada em Joanesburgo (outubro de 2009).

<sup>36</sup> Sugere-se consultar a newsletter da OIT, no. 37, maio de 2013, disponível em: [www.ilo.org/pardev](http://www.ilo.org/pardev)

Sobre o tema, vale mencionar que, nos últimos anos, a integração internacional de fóruns e redes regionais de apoio à Economia Social e Solidária tem se desenvolvido muito. Esse é um sinal claro de que o aumento exponencial da interconectividade, desde o surgimento da internet, impacta também a Economia Social e Solidária. Como exemplo, cita-se o caso dos movimentos de Economia Social e Solidária na América Latina, bem como na Ásia e na África.

Por outro lado, a importância da construção de cadeias de valor já é enfatizada há algum tempo no campo da Economia Social e Solidária, sobretudo devido à dificuldade que os seus empreendimentos têm de se inserir em cadeias formadas por outros empreendimentos que operam dentro do marco da economia tradicional. Uma das razões dessa dificuldade é a desvantagem de competir em aspectos específicos de produtividade, distribuição e comercialização com empreendimentos que não compartilham os mesmos objetivos sociais da Economia Social e Solidária (participação dos trabalhadores na gestão, transparência, diálogo aberto, qualidade de vida, desenvolvimento comunitário, preocupação com o meio ambiente, etc.).

Uma alternativa para abordar a questão do aumento de eficácia e eficiência nos Empreendimentos Econômicos Solidários é a ampliação da noção de cadeia de valor a partir de redes. Isso significa fortalecer os vínculos de intercâmbio e co-construção de técnicas e conhecimentos, além de aumentar a interatividade econômica entre os empreendimentos de Economia Social e Solidária, de forma a construir múltiplas possibilidades de caminhos de agregação de valor e inserção socioeconômica. Essa perspectiva resulta em cadeias econômicas flexíveis e dinâmicas que beneficiam fortemente de uma redução dos custos de transação entre empreendimentos proporcional ao aumento da conectividade e da interatividade econômica entre eles. Em outras palavras, esse seria um fator chave para garantir não só a eficácia e a eficiência, mas também a resiliência ao meio econômico e às suas crises cíclicas. Nesse sentido, a prática de atuação em rede já existente no âmbito dos movimentos políticos de Economia Social e Solidária constitui-se uma forte inspiração para a construção de redes econômicas inter-regionais e internacionais.

Tendo em vista a importância da constituição destas redes e da troca de experiências e saberes, com o intuito de fortalecer as práticas de Economia Social e Solidária, no âmbito da Cooperação Sul-Sul e triangular, vale apresentar algumas experiências, levando em conta os **“critérios de seleção para as boas práticas de Cooperação Sul-Sul e triangular”**<sup>37</sup>. Tais critérios consideram os seguintes aspectos:

- 1. Dimensão “horizontal” da cooperação:** Um dos princípios da Cooperação Sul-Sul é o estabelecimento de relações horizontais de cooperação, sem condicionalidades, com base na não-discriminação e na partilha de informação. A cooperação, que pode ser sob a forma de partilha de conhecimentos, formação de recursos humanos ou pela replicação de estratégias, deve ocorrer entre os países;
- 2. Dimensão “triangular” de cooperação:** Cooperação de um país do Norte com dois ou mais países do Sul. A assistência do Norte pode ser na forma de contribuição financeira ou conhecimento técnico;

---

<sup>37</sup> Contidas em: Amorim (2013).

3. **Inovadora:** A prática não precisa de ser nova para cumprir com este critério, mas deve ter como aceita a sua eficácia (exemplo: ter enfrentado uma situação adversa – alta taxa de desemprego entre jovens - no território em que se encontra);
4. **Adaptabilidade/Replicabilidade:** Embora a prática seja localizada, ela tem características que são transferíveis para outros contextos ou situações;
5. **Sustentabilidade:** A prática e/ou os seus benefícios podem continuar, de alguma forma, a manter a sua eficácia a médio e longo prazo. Ou seja, ela pode deixar legados e integrar-se entre países do Sul.

### **Experiências interessantes que relacionam a Economia Social e Solidária e a Cooperação Sul-Sul triangular**

#### **Quadro 8 – Mercosul Solidário<sup>38</sup>**

O *Mercosul Solidario* é uma plataforma de organizações da sociedade civil integrada por 17 ONGs da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com cerca de 3 mil representantes que, desde 2003, desenvolvem estratégias a nível local, nacional e regional em prol dos direitos políticos, econômicos e sociais dos setores mais vulneráveis da sociedade. Esta rede tem como um de seus principais objetivos o fortalecimento da dimensão social no processo de integração no Mercosul, recuperando os laços históricos comuns, a diversidade cultural e a capacidade de mobilização das organizações e movimentos sociais da região.



#### **Quadro 9 - Grupo Coordenador Latino-Americano e Caribenho de Pequenos Produtores de Comércio Justo (CLAC)<sup>39</sup>**

A CLAC é uma rede de pequenos produtores rurais, democraticamente organizados com o objetivo de fortalecer as suas organizações de base, a partir da democracia e

<sup>38</sup> <http://mercosursocialsolidario.org/>

<sup>39</sup> <http://clac-comerciojusto.org/quienes-somos>



participação, da solidariedade, da equidade, do respeito e da transparência.



#### Quadro 10 - COOP África<sup>40</sup>

A COOP África foi criada pela OIT em 2007 para fornecer assistência técnica, treinamento, ferramentas e, em alguns casos, suporte financeiro para o desenvolvimento de cooperativas na África.



#### Quadro 11 - Rede Africana de Empreendedores Sociais (ASEN)<sup>41</sup>

<sup>40</sup> [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---ilo\\_aids/documents/publication/wcms\\_188624.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/publication/wcms_188624.pdf)

<sup>41</sup> <http://asenetwork.org/>



A ASEN é uma rede africana de empreendedores sociais com práticas que levam em conta aspectos sociais e ambientais em seus negócios, projetos e ações.



#### Quadro 12 - Aliança Asiática de Economia Solidária (ASEC)<sup>42</sup>

A ASEC é uma rede que reúne 18 redes nacionais e 21 redes continentais com o objetivo de aumentar a responsabilidade dos atores para a construção de uma economia mais justa e solidária.



#### Referências Bibliográficas

Amorim, Anita (Coord.). *Cooperação Sul-Sul e a OIT: Integração da Agenda do Trabalho Decente através da divulgação de boas práticas*. Genebra: OIT, 2013 a.

Amorim, Anita; Martinot-Lagarde, Pierre (Coord). “*A Cooperação Cidade-Cidade, Sul-Sul e triangular*”. Genebra: OIT, 2013.

---

<sup>42</sup> <http://aa4se.com/>

CIRIEC, Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa. *La economía social en la Unión Europea*. Informe Rafael Chaves & Jose Luis Monzón. CESE, 2007.

CIRIEC, Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa. *Economia Social e Solidária transcende parâmetros puramente quantitativos, uma vez que constitui um “elemento chave de coesão social”* (p.5). In: Prólogo da Revista do CIRIEC-Espanha, agosto de 2013. Disponível em: [http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/CIRIEC\\_7800\\_Hidalgo.pdf](http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/CIRIEC_7800_Hidalgo.pdf)

Cocco, G. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: Cocco, g.; SILVA, G. In: *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Sebrae, 2006.

Cruz, A. C. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado), 2006.

Documento: “*A Cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular: O caminho a seguir*” - Conselho de Administração - 313.ª Sessão, Genebra, 15-30 março 2012.

Documento: *Operational activities for development: quadrennial comprehensive policy review of operational activities for development of the United Nations System*, Parágrafos 70 a 77.

Documento: “*Contribuição Brasileira para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT*” – Panorama 2011-2013.

Documento do “*Global South-South Development Expo 2013*”. ILO Solution Forum: Promoting Sustainable Development and Decent Work in through South-South and Triangular Cooperation. Kenya, 2013.

Galduf, J.; Maruri, I.; Prósper, V. *Desarrollo endógeno y política anti crisis*. In: Revista do CIRIEC España, agosto de 2013, p. 245-263. Disponível em: [http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/CIRIEC\\_7810\\_Jordan\\_et\\_al.pdf](http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/CIRIEC_7810_Jordan_et_al.pdf)

Grefe, X. The Role of the Social Economy in Local Development. In: NOYA, A. ; EMME, G. *Social economy: building inclusive economies*. OECD, 2007.

Lal, et al. *Public Works and Employment Programmes: towards a long-term development approach*. International Poverty Center, 2010.

Morais, Leandro. 2013. *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado).

Moreno, A. S. *Análisis económico del sector no lucrativo*. València: Ed. Tirant lo Blanc, 1996.

Moreno, A. S., Chaves, R. *Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo*. Especial referencia al caso español. CIRIEC- España, no. 56, noviembre de 2006, p. 87-116.

Neves, E. *Fragilidades e contradições na utopia de uma outra economia*. In: ANAIS do 7o Congresso RULESCOOP, Espanha: Valência, 2012.

Putnan, R. *Comunidade e democracia*. A experiência da Itália moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

Ramirez, B.; Benito, E. (orgs). *Desarrollo local: manual de uso*. Madrid: ESIC, Editorial, 2000.

Tremblay, C. Advancing the social economy for socioeconomic development: international perspectives. In: Canadian Social Economy Research Partnerships – Public Policy Papers Series, no. 1, 2009.